CRISE DA DÍVIDA

Receita fiscal agrava queda e Gaspar prepara Europa para derrapagem

Execução orçamental está a fugir às previsões do Governo devido ao impacto da recessão. Desvio pode obrigar a mais austeridade ou a ajustar metas do défice

Ana Rita Faria

O ministro das Finanças preparou o terreno ainda na reunião do Eurogrupo e os números da execução orçamental vieram confirmar os receios sobre a evolução das contas públicas. "O aumento significativo dos riscos e das incertezas das perspectivas orçamentais", nas palavras de Vítor Gaspar, deve-se sobretudo a uma quebra acentuada das receitas fiscais. Em causa pode estar um desvio potencial de dois mil milhões, que, ou teria de ser compensado com medidas adicionais, ou "perdoado" pela *troika*.

O mês de Maio era considerado decisivo para perceber o real impacto da recessão sobre a arrecadação de impostos e os resultados decepcionaram o Governo. Segundo os números ontem divulgados (ver texto ao lado), o IVA é o caso mais gritante, devido à quebra do consumo privado, mas a receita de IRC também está em queda livre, reflectindo o impacto da crise na actividade das empresas.

Até Maio, as receitas fiscais recuaram 3,5%, enquanto no Orçamento do Estado Rectificativo (OER), o Executivo prevê que cresçam 2,6% no conjunto do ano. A manter-se este ritmo de queda, o desvio face às previsões pode chegar aos dois mil milhões de euros no final do ano. Além disso, o desemprego já reduziu a menos de metade o saldo da Segurança Social, quer devido à diminuição das receitas com contribuições e quotizações, quer ao aumento da despesa com os subsídios.

Para o especialista de finanças públicas Paulo Trigo Pereira, a quebra da receita fiscal deixa claro que "as metas do défice não são alcançáveis". "Já temos dados suficientes para perceber que assim não vamos lá", salienta o economista. O Governo comprometeu-se a chegar ao final do ano com um défice de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), o que representa um ajustamento estrutural de quatro pontos percentuais do produto.

Para a ex-secretária de Estado do Orçamento, Manuela Arcanjo, foi sempre "praticamente impossível" atingir essa meta. "Num jogo calculado, o ministro arriscou uma previsão optimista da receita fiscal, que iria tornar impossível o objectivo do défice", explica. A derrapagem das contas é cada vez mais provável e, desta vez, é o próprio Governo que o admite. Logo na quinta-feira à noite, na reunião dos líderes europeus no Luxemburgo, Vítor Gaspar reconheceu que há "um aumento significativo dos riscos e incertezas das perspectivas orçamentais". A razão?

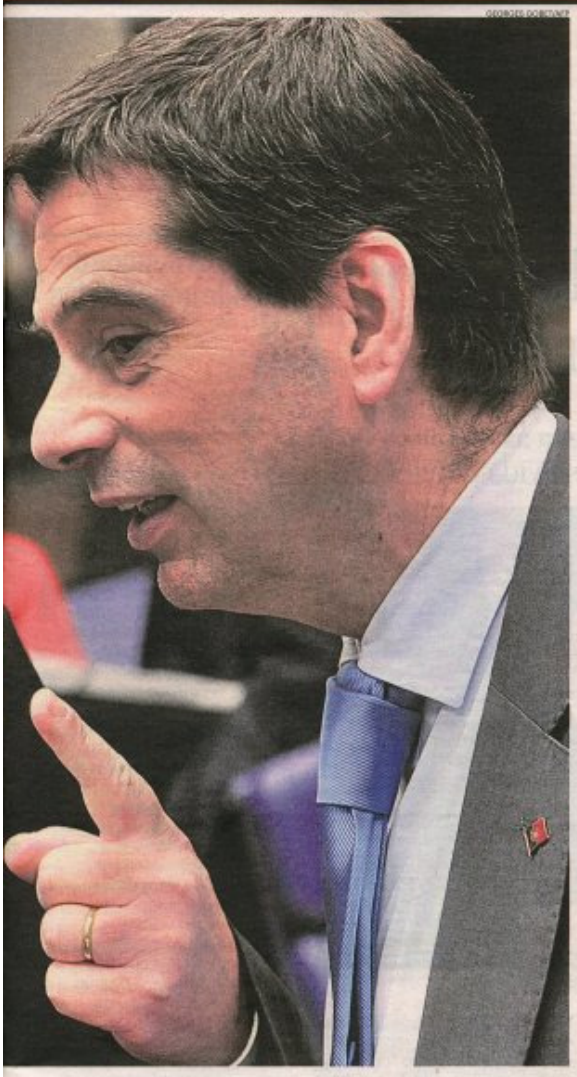
-3,5%

Até Maio, as receitas fiscais caíram 3,5%, o que compara com um crescimento de 2,6% previsto para o conjunto do ano.

Depois de se ter mostrado surpreendido com o facto de o desemprego estar a aumentar mais do que seria expectável face à queda da economia, o Governo parece agora ter subestimado o impacto que as medidas de austeridade teriam sobre a procura interna.

Apesar de o Governo ter revisto recentemente em alta as suas previsões para este ano - a economia deverá contrair 3% e não 3,3% - tal deve-se a um crescimento maior das exportações líquidas. Aquele que sempre foi o grande contributo para o PIB - o consumo privado - está a recuar mais do o Executivo previa, devido sobretudo à diminuição dos gastos em bens duradouros, como automóveis, que são também os mais tributados.

Para o Governo, este "desvio" nas previsões decorre da dimensão do ajustamento, que é um esforço "sem



Vítor Gaspar diz que Governo não vai pedir "nem mais tempo nem mais dinheiro" à troika

precedentes na história recente de Portugal", como disse Vítor Gaspar. Contudo, têm-se multiplicado as críticas ao "optimismo" das previsões do Executivo, começando pelos partidos da oposição, passando pela Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), até chegar ao Conselho das Finanças Públicas.

"O cenário macroeconómico não era realista logo desde o início, pelo que não admira que as receitas fiscais sejam inferiores", resume Paulo Trigo Pereira. Para o economista, o Executivo tem agora três opções: tomar medidas de austeridade adicionais para cumprir o défice, aliviar as metas do défice ou cumprir os objectivos orçamentais com recurso a medidas extraordinárias, como aconteceu em 2011 com a transferência dos fundos de pensões dos bancários.

Por enquanto, o Executivo permanece em silêncio sobre a estratégia que poderá seguir, caso a derrapagem orçamental se confirme. No entanto, Vítor Gaspar deixou alguns sinais aos líderes europeus. Embora se mantenha "determinado" em cumprir o défice de 4,5%, o ministro admitiu que o cumprimento desta meta implica um esforço "muito importante". E, por isso, disse contar "com o apoio dos nossos parceiros internacionais".

Vítor Gaspar foi claro: o Governo não vai pedir "nem mais tempo nem mais dinheiro". Mas pode ficar à espera que a *troika* abra a porta a um ajustamento das metas. Sobretudo quando Espanha e a Grécia se preparam para ser presenteadas com esse mesmo precedente. E quando tanto o principal partido da oposição (o PS), como o parceiro de Governo (o CDS-PP), se mostraram ontem pouco disponíveis ao reforço da dose de austeridade.

Os sinais de alarme das contas públicas

Receitas fiscais caem mais do que o previsto...

Previsão OER (2012) / EO (Jan-Maio 2012)

	Previsão OER (2012)	EO (Jan-Maio 2012)
IRS	-2,6%	12,3%
IRC	-5,4%	-15,5%

	Previsão OER (2012)	EO (Jan-Maio 2012)
ISP	-2,1%	-8,4%
IVA	11,6%	-2,8%
ISV	-6,5%	-47,7%
IT	2,5%	-14,4%
IABA	22,2%	-3,8%
IS	-5,8%	-6,6%
IUC	7,7%	12,9%

... e saldo da Segurança Social deteriora-se

Fonte: Execução Orçamental (EO), Orçamento do Estado Rectificativo (OER) de 2012

Com IVA e IRC em queda livre, confia-se no corte da despesa

Ana Rita Faria

Cerca de 850 milhões de euros. Terá sido esta a factura directa da recessão e do desemprego nas contas públicas, nos primeiros cinco meses do ano. Tanto as receitas de impostos e da Segurança Social (SS) estão a ficar aquém do esperado, como as despesas com subsídios de desemprego estão a exceder as estimativas. Maio era o mês decisivo para perceber se os sinais negativos dos primeiros meses se confirmavam. E confirmaram.

De acordo com os números da execução orçamental, ontem divulgados pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO), as receitas fiscais agravaram a sua queda em Maio. Se antes estavam a recuar 3%, passaram a registar uma diminuição acumulada de 3,5% desde o início de 2012. No Orçamento do Estado Rectificativo (OER), o Governo prevê um crescimento de 2,6% para o conjunto do ano. Uma meta que, a julgar pelo desempenho do IVA e do IRC, será difícil de atingir.

As Finanças diziam que só em Maio é que iriam reflectir-se integralmente os efeitos da transição de vários bens e serviços das taxas reduzida e intermédia do IVA para a taxa normal, como é o caso da restauração. Mas nem o aumento da carga fiscal "salvou" este imposto ao impacto da recessão e da queda do consumo. Até Maio, a queda acumulada é de 2,8% e, no OER, previa-se uma subida de 11,6% no ano.

A isso junta-se o desempenho negativo de outros impostos afectados pela quebra do consumo, como o imposto sobre os combustíveis, sobre o tabaco e sobre veículos. Mas, além do IVA, o que mais está a preocupar o Governo é a diminuição das receitas de IRC: menos 15,5% até Maio, o que compara com a queda de 5,4% prevista no OER.

Vítor Gaspar referiu-se ao assunto no Luxemburgo, atribuindo esta queda aos "menores lucros das empresas num contexto de recessão prolongada". O Governo está à espera de alguma recuperação neste imposto, à medida que forem sendo realizados os pagamentos por conta (em Julho, Setembro e Dezembro). Contudo, avisa o fiscalista Rogério Fernandes Ferreira, "há razões para preocupação". "O mês de Maio é o mais revelante, pois é quando são entregues as declarações de IRC e feita a maioria dos pagamentos", explica. Ou seja, será difícil inverter a tendência de queda neste imposto, sobretudo num contexto em que as falências de empresas se multiplicam e as suas dificuldades financeiras se adensam.

Do lado fiscal, o principal contributo positivo vem do IRS, cujas receitas crescem mais do que o previsto. No entanto, também esta tendência deverá atenuar-se nos próximos meses, desde logo por efeito dos cortes dos subsídios de férias e de Natal a funcionários públicos e pensionistas, que não irão pagar imposto sobre esses rendimentos.

Em contrapartida, o facto de o impacto destes cortes ainda não estar reflectido nas contas faz também com que as despesas com pessoal possam vir a ter um desempenho melhor do que o esperado. Até Maio, os encargos com pessoal do Estado já diminuíram 7,2% e vão cair mais quando se cortarem os subsídios. Esta expectativa - aliada às poupanças decorrentes da reprogramação dos fundos do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) - leva o Governo a acreditar que seja possível compensar, ainda que parcialmente, o desvio na receita. "Dá-nos conforto para considerar que o défice de 4,5% está ao nosso alcance", disse fonte oficial das Finanças.

A justificar a redução das despesas com pessoal está, sobretudo, a diminuição dos gastos com remunerações certas e permanentes (menos 6,7%), que, segundo a DGO, resultou, sobretudo, da redução de professores das escolas de ensino não superior. O Ministério das Finanças diz não dispor ainda de dados concretos que permitam explicar a maior descida das despesas com pessoal, mas aventa com a redução do número de efectivos (por aposentação ou saída do Estado). A contribuir para isso poderá estar também a redução a metade do valor pago pelo trabalho suplementar, uma das medidas do OE.